

OS ESTUDOS HISTORIOGRÁFICOS DE ANTENOR NASCENTES

Ricardo Cavaliere
UFF

O tempo, decerto, não faz da imparcialidade uma virtude. Costuma cobrir com o manto do esquecimento pessoas cujo mérito não se curva ao de outras fortuitamente abençoadas pela justa memória. Na busca de corrigir as injustiças do tempo, convém aqui e acolá repisar algumas referências aos que não gozam do reconhecimento devido, sobretudo nestes tempos em que poucos são familiarizados com qualquer coisa que tenha sido escrita há mais de trinta anos, se tanto. Ocorre-me, pois, dizer duas palavras sobre o que um de nossos mais notáveis filólogos do século XX, Antenor Nascentes, com especial destaque dos textos que nosso velho filólogo produziu nesse segmento tão importante de nossa atividade científica: o da Historiografia da Lingüística.

A lembrança serve não só como preito de gratidão a um dos nomes mais profícuos da Lingüística brasileira, em face de sua inestimável contribuição ao estudo da língua portuguesa, mas também como veio condutor dos jovens pesquisadores e estudiosos de nossa língua para entrar em contato com a obra deste notável professor.

Com efeito, os brasileiros geralmente não temos noção exata da dimensão alcançada pelo trabalho de muitos de nosso filólogos do passado. Ainda agora, em 2005, a segunda edição da monumental *The Encyclopedia of Language and Linguistic*, trazida a lume pela Editora Elsevier, de Oxford, incluiu na seção de biografias dois nomes brasileiros entre os mais expressivos lingüistas do século XX: Manuel Said Ali e Joaquim Mattoso Câmara. Não tenho dúvida de que o nome de Antenor Nascentes mereceria igual honraria, já que sua obra aufere igual peso no cenário lingüístico brasileiro se comparada à dos colegas citados. Basta lembrarmos aqui o depoimento da envergadura de um Eugenio Coseriu, que se referiu, em duas oportunidades, ao nome de Antenor Nascentes como exemplo de excelência na condução do pensamento sobre a linguagem em solo sul-americano¹.

¹ Refiro-me aqui aos discursos de Eugenio Coseriu proferidos nas solenidades de outorga do título de doutor *honoris causa* na Universidade Federal Fluminense e na Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Nascentes é conhecido do grande público interessado em questões de linguagem como lexicógrafo, não obstante sua obra alcance dimensão bem mais extensa e aprofundada. Entendeu como poucos os mecanismos de construção frasal do português e soube com maestria descrever a gramática dessa língua à luz do modelo histórico comparativo, ainda em vigor à época de sua formação intelectual. As bases de seu pensamento lingüístico, entretanto, não olvidaram os neogramáticos, a Geografia Lingüística, nem sequer a avalanche do Estruturalismo, que se estabeleceria definitivamente entre nós com o concurso de Joaquim Mattoso Câmara Júnior². Na verdade, Nascentes interessou-se por tudo que de alguma forma estivesse vinculado à linguagem humana: gramática, fonética, ortografia, norma, léxico, ensino, etc. etc. Neste breve trabalho, como disse acima, cuidarei de uma face pouco exposta de sua obra, a do historiógrafo dos estudos lingüísticos e filológicos, que se manifesta em pequenos textos de ponderadas reflexões sobre percursos, homens e obras.

Antes dispersos, muitos desses textos foram reunidos na nova edição dos *Estudos Filológicos* (NASCENTES, 2003), que a Academia Brasileira de Letras publicou em 2003, sob a competente supervisão de Raimundo Barbadinho Neto. Dentre eles, destacam-se *A Filologia Portuguesa no Brasil* (1939), *Panorama atual dos estudos filológicos no Brasil* (1939), *Études dialectologiques aux Brésil* (1952), *Diretrizes atuais da Filologia*, *A Filologia Românica no Brasil* (1961). Outros textos podem citar-se, como as referências a vultos da Filologia Portuguesa – *Adolfo Coelho e a etimologia* (1949), *Figueiredo, esse mal julgado* (1955), *Leite de Vasconcelos e o Brasil* (1958) – e o emotivo *O Colégio Pedro II e a Filologia Portuguesa* (1939), uma das inúmeras declarações de amor do filólogo a sua devotada casa de ensino.

Cabe breve referência ao texto *Instituto de filologia*, publicado no *Correio da Manhã* de 20 de novembro de 1935, em que Nascentes exalta a criação do Instituto de Filologia da Universidade de São Paulo (USP), sob os cuidados do professor Rebelo Gonçalves, lente da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. A função de Rebelo, dentre tantos outros mestres portugueses que viriam trabalhar no Brasil a partir da década de 1930, era conferir maior qualificação aos candidatos a doutoramento em Filologia e Língua Portuguesa. Em seus comentários sobre a alentada iniciativa da USP, Nascentes ressalta que ali se apresentava a oportunidade concreta de que os estudos românicos, os estudos do tupi e sobretudo o método da Geografia Lingüística, pautada nas

² Sobre Nascentes e o Estruturalismo, leia-se (NASCENTES, 1962), também publicado em (NASCENTES, 2003)

teses de Guilliéron, pudessem encontrar campo fértil nas sendas acadêmicas brasileiras.

Essa pequena notícia sobre a criação do Instituto de Filologia da USP arremata-se com um desanimado relato sobre as precárias condições de trabalho a que se sujeitavam os filólogos do Rio de Janeiro, sobretudo no tocante ao parco acesso às obras recentemente publicadas nos grandes centros europeus, algumas conseguidas com extremado esforço individual. Como exemplo dessa frágil situação, que decerto não se poderia atribuir apenas à Filologia, senão a todo o ensino superior fluminense, Nascentes relata com irônico pesar como uma verba de 8 mil contos de réis, dotada pelo Colégio Pedro II para a aquisição um laboratório de fonética importado de Hamburgo, fora confiscado pela Revolução de 1930. O breve texto dá ainda uma prova de denodo e estoicismo do autor de *O Idioma Nacional*, que se declara disposto a viajar pelo país, às próprias expensas, a fim de melhor estudar a dialetologia brasileira e aperfeiçoar o quadro dialetológico antes subdividido em nortista, sertanejo, fluminense e sulista (cf. NASCENTES, 1922). A tarefa, com efeito, viria a consolidar-se com o estudo Divisão dialetológica do território brasileiro, publicado na Revista Brasileira de Geografia (NASCENTES, 1955)

A agradável leitura dos textos historiográficos de Antenor Nascentes confere-nos outro testemunho interessante acerca do panorama da pesquisa filológica brasileira entre 1939 e 1961. Esses são os anos de publicação de dois estudos instigantes, o primeiro intitulado *Panorama atual dos estudos filológicos no Brasil* (NASCENTES, 2003: 225), o segundo intitulado *A Filologia Românica no Brasil*, o último resultante de uma palestra proferida na Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná. Desses depoimentos depreende-se que o interregno de 22 anos testemunhou grandes mudanças no cenário da pesquisa filológica brasileira, sobretudo no âmbito das universidades em que começaram a desabrochar os cursos superiores de Lingüística e Filologia.

As linhas do ensaio *Panorama atual dos estudos filológicos no Brasil* revelam um Nascentes desacreditado do futuro da Filologia em nosso país em face da má formação dos mestres, sobretudo os jovens docentes, que se achavam, com raras exceções, “intoxicados de gramatiquice e prostrados com religiosa unção perante os tabus clássicos” (NASCENTES, 2003:228). Em espécie de vaticínio, fruto, naturalmente, de sua aguçada visão dos problemas que pesavam sobre a vida intelectual da República Nova, nosso filólogo advertia que o marasmo em que se assentava a pesquisa sobre a linguagem só poderia ser combatido com a atuação firme da Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil, então em fase germinal.

As ambições não eram poucas, e bem denunciavam o clarividente olhar de um experiente e entusiasmado filólogo pela atividade que abraçada. Basta para tanto notarmos que, no rol das providências então propostas por Nascentes, no intuito de elevar os estudos filológicos brasileiros a patamar ao menos aceitável, impunham-se as seguintes: a) implementar nas bases teóricas da pesquisa a doutrina idealista, cunhada em Vossler, Spitzer e García de Diego; b) implementar estudos estilísticos, baseados sobretudo em Bally, fato que revela o eterno compromisso com o expressão do texto; c) dar impulso aos estudos de psicologia da linguagem, sob o amparo da obra de van Ginneken, Jousse, Brunot, Delacroix, La Grasserie. Como exemplo dessa linha de investigação, Nascentes refere-se oportunamente à tese de concurso *O fator psicológico na evolução sintática*, de Cândido Jucá (filho), a que se poderiam irmanar os textos sobre o uso da partícula *se* oferecidos por Manuel Said Ali nas *Dificuldades da língua portuguesa*, sob a luz do modelo neogramático (ALI, 1966). Outros campos de vivo interesse são citados nesse rol de tarefas por cumprir – fraseologia, dialectologia, fonética experimental –, fato que bem denuncia o nível de ansiedade que invadia a alma de Nascentes naqueles finais da década de 1930, ciente de que a Filologia brasileira poderia dar muito mais do que até então vinha conseguindo produzir.

Poder-se-ia indagar sobre a ausência da Lingüística Geral nesse rol de preocupações que afligiam o mestre carioca em 1939, visto que a disciplina, afinal de contas, fora ministrada na Universidade do Distrito Federal no ano 1937, em curso histórico do Prof. Mattoso Câmara, embora posteriormente viesse a imergir em prolongada ausência de uma década após a extinção da Faculdade do Distrito Federal e conseqüente criação da Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil em 1939 (SILVA, 1984:63). Sobre o assunto, Nascentes viria a expressar fundada preocupação em uma palestra apresentada na Universidade de Minas Gerais em novembro de 1950 (NASCENTES, 2003: 234), quanto ao fato de a lei que criou as faculdades de Filosofia não impor como obrigatória a disciplina Lingüística, pois “não se compreende que tal cadeira não exista em Faculdades onde se ensinam línguas clássicas, línguas neolatinas e línguas anglo-germânicas, num nível superior” (NASCENTES, 2003:246). Dentre os lingüistas citados por Nascentes como de leitura obrigatória nos cursos de Letras estão Bally, Blommfield, Bréal, Delbrück, Gabelentz, Grammont, Mattoso Câmara, Herman Paul, Saussure, Trubetzkoy, Whitney, Wundt, entre outros. Em síntese, uma plêiade que envolvia o historicista, os neogramáticos e os estruturalistas.

Por fim, convém firmar que as preocupações com o futuro da filologia brasileira, tão enfaticamente expressas em 1939, viriam convolar em justificado

entusiasmo, expresso no texto *A Filologia Românica no Brasil*, lido em palestra proferida na Universidade do Paraná no ano de 1961 (NASCENTES, 2003: 256). Aqui Nascentes se rejubila pelo fato de as faculdades de filosofia, após cerca de duas décadas de serviços prestados ao país, terem produzido um sem número de filólogos qualificados, entre os quais cita Aires da Mata Machado, Serafim da Silva Neto (a quem se refere como “o caso mais estupendo que eu conheço de precocidade filológica”), Celso Cunha, Segismundo Spina, Wilton Cardoso, Mansur Guérios, Teodoro Maurer Junior, Silvio Elia, Mattoso Câmara (com a ressalva de que se trata de um pesquisador que “nunca deixa de lado o ponto de vista românico”), e tantos outros pertencentes a essa rica geração.

Mas, do ponto de vista historiográfico, o texto de Nascentes que mais contribui para os estudos brasileiros é sem dúvida *A Filologia Portuguesa no Brasil* (NASCENTES, 2003:188). Também escrito no proffucio ano de 1939, constitui estudo pioneiro na edificação de uma periodização da Lingüística e da Filologia em nossa terra, razão por que costuma ser tomado por base em textos congêneres que vêm sendo publicados recentemente no Brasil. Nascentes idealiza nosso percurso filológico em quatro períodos: a) período embrionário, que inicia nos tempos “em que começou a cultura brasileira” até 1935, quando vem a lume o *Compêndio de Língua Nacional*, de Antônio Álvares Pereira, o Coruja; b) período empírico, que vai de 1835 a 1881, ano da primeira edição da Gramática portuguesa, de Julio Ribeiro; c) período gramatical, que segue de 1881 a 1939; d) período científico, que o autor projeta para além de 1939, com a criação da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil.

Não obstante a coerência sistêmica, alguma crítica se pode conferir a certos critérios norteadores desse quadro periódico. Primeiro, é controverso definir em que época começou a cultura brasileira, razão por que igualmente controverso o termo *a quo* do denominado período embrionário. Se considerarmos a produção literária do Brasil – e bastaria ficarmos por aqui – como critério norteador para estabelecimento do início da cultural nacional, não seria coerente incluir em seus domínios a obra de Anchieta? E a produção literária dos setecentos não terá expressão nacional? São dados que nos conduzem para admitir como brasileira a personalidade cultural da colônia, logo digna de referência historiográfica se o assunto é historiografia brasileira.

No entanto, a postura de Nascentes com respeito a esse primeiro período é de flagrante menosprezo, sob a constatação de que “obedece exclusivamente a orientação portuguesa”. Ao cuidar, por exemplo, do *Epítome de gramática da língua portuguesa*, de Antonio de Moraes Silva, concebido em 1802 e publicado em 1806, Nascentes opta por desconsiderá-lo como obra genuinamente brasi-

leira: “rigorosamente falando, se pode considerar um livro português, pois não se detém nas diferenças que já apresentava o falar brasileiro” (NASCENTES, 2003:188). Dessa observação abstrai-se um conceito de nacionalidade textual imiscuído com o de compromisso nacionalista, que traz severas conseqüências historiográficas.

Não se duvide aqui serem os primeiros gramáticos brasileiros discípulos obsequiosos das principais obras lusitanas publicadas sob no modelo da gramática racionalista, sobretudo as gramáticas de Reis Lobato e de Soares Barbosa. Nem se discuta a pouca atenção que esses primeiros filólogos patrícios tenham conferido à vertente do português falado no Brasil. A questão é discutir se tais fatos são idôneos para excluir a obra desses intelectuais no estudo histórico de nossa produção gramatical. Lembremo-nos aqui de Bento Teixeira e seu poemeto *Prosopopéia*, cuja flagrante inspiração camoniana não impede seja “considerado um primeiro e canhestro exemplo de *maneirismo* nas letras da colônia” (BOSI, 1978:41). Por outro lado, se a afeição ao padrão lusitano fosse critério suficiente para exclusão de obras em nosso cenário filológico, não seriam poucos os filólogos, até mesmo de século XX, discriminados por essa cláusula de barreira.

Destarte, devemos relativizar, para usarmos aqui o conveniente neologismo, a postura de Nascentes em face dos primeiros gramáticos brasileiros do século XIX. Por outro lado, a escolha do texto *Compêndio de Língua Nacional*, de Antônio Álvares Pereira, o Coruja, como limiar do período empírico, por ser “a primeira obra de certo valor, escrita por um brasileiro” (NASCENTES, 2003:188) há de ser acatada com as reservas que toda escolha pessoal impõe. A rigor, sobretudo do ponto de vista orgânico, a *Gramática* de Coruja não se distingue em nada das congêneres que a antecederam, como o *Compêndio de Gramática Filosófica da Língua Portuguesa*, de Antonio da Costa Duarte, publicado em 1929. Cremos que, por lapso, Nascentes supunha que a primeira edição do texto de Costa Duarte fosse de 1853. A rigor, esses textos são menos relevantes do que o *Breve Compêndio de Gramática Portuguesa*, que Frei Caneca redigiu no cárcere, em data imprecisa ao final da segunda década dos oitocentos. Nessa obra, as teses fonético-representativas do sistema ortográfico, por exemplo, são *mutatis mutandis* as mesmas que venceriam a barreira do sistema pseudo-etimológico somente no século XX.

Enfim, este é o risco de citar apenas os escolhidos, já que o veio subjetivo das escolhas quase sempre colide com as idéias alheias. Nascentes põe em duvidoso patamar isonômico um Sotero dos Reis e um José Alexandre de Passos. Quanto a Charles Grivet, nem uma palavra mereceu de nosso historiógrafo, a

despeito da meritória *Nova Gramática Analítica*, publicada em 1881 ainda sob as teses do modelo racionalista.

O terceiro período idealizado por nosso mestre, a que denominou *gramatical*, – pela “proliferação de gramáticas” – inicia com Júlio Ribeiro e sua *Gramática Portuguesa*, publicada em 1881. Aqui, decerto, o consenso é maior entre os que se dedicam à história da gramática no Brasil, visto que o texto de Júlio Ribeiro efetivamente inaugura, no âmbito dos compêndios gramaticais, a aplicação do método analítico, herdado aos cânones da Linguística Histórico-Comparada. Nesse segmento, rico em citações de nomes e obras, Nascentes deixa fluir um indisfarçável desprezo pelo normativismo que habitava os denominados “correios de consulentes”, muito comum nos periódicos jornalísticos da virada do século XIX.

Com efeito, a implicância de Nascentes centrava-se em certa corrente que seguia a “praga das consultas” e afirmava que “o que não está nos clássicos está errado”. Era como se, para mais uma vez aqui repetirmos suas palavras, a língua tivesse perdido o direito de transformar-se. Decerto que o normativismo vazio não conduz a bom termo, nem contribui para entendermos melhor a língua que falamos; não se pode, entretanto, negar que muitos desses textos dirigidos a consulentes, da lavra de um Mário Barreto ou de um Cândido de Figueiredo, não raro tocavam questões interessantes e enriqueciam bastante o conhecimento das variáveis de língua escrita mais prestigiadas à época. O inconveniente, e aqui havemos de concordar irrestritamente com Nascentes, é transpor para a sala de aula regras de comportamento lingüístico que condenem gratuitamente um padrão culto genuinamente brasileiro. Por sinal, a clarividência dessa repulsa em Nascentes é testemunho de seu compromisso com o ensino plural e pautado na exemplaridade instituída em solo americano.

Bibliografia

- ALI, Manuel Said. *Dificuldades da língua portuguesa*. 6 ed., Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica, 1966.
- BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1978.
- ELIA, Sílvio. Os estudos filológicos no Brasil. In: *Ensaio de filologia e lingüística*. Rio de Janeiro, Grifo, 1975.
- NASCENTES, Antenor. Divisão dialectológica do território brasileiro. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: v. 17, n. 2, abr./jun. 1955, p.213.

NASCENTES, Antenor. *Estudos filológicos: volume dedicado à memória de Antenor Nascentes*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2003.

NASCENTES, Antenor. *O linguajar carioca em 1922*. Rio de Janeiro: Sussekind & cia, 1922.